
Os caminhos dos livros

autor Márcia Abreu
cidade Campinas
editora Mercado de Letras
ano 2003

Nós brasileiros estamos acostumados a ouvir que, em nosso país, desde os primeiros anos de colonização até os dias atuais, há uma carência cultural, ora de livros, ora de leitores. Com desconfiança e curiosidade, buscando analisar mais detidamente essa conjectura, nasceu em Márcia Abreu a idéia da pesquisa que, em 2003, foi publicada com o título *Os caminhos dos livros*, mais um volume da coleção Histórias de Leitura. Aliando o árduo trabalho de busca de indícios em variadas fontes documentais com a sensibilidade de leitora de romances e de professora de teoria literária, a pesquisa de Abreu insere-se no campo da história do livro e da leitura. De acordo com André Belo, estamos diante de “uma área fortemente interdisciplinar [...] em que dialogam a história, a sociologia, a antropologia e as ciências da linguagem e da informação” (2002, pp. 37-39). Atualmente, interessam aos estudiosos não só os livros impressos e encadernados, considerados como objetos materiais, uma vez que “essa história [também] compreende a comunicação e todos os processos sociais, culturais e literários que os textos afetam e envolvem” (idem, p. 39). Observa-se nesse campo interdisciplinar um crescente interesse pela historicidade do processo de constituição de outras instituições difusoras das práticas da leitura e da escrita, além dos leitores, dos modos de alfabetização e das formas de ler e escrever. Essas novas possibilidades para a pesquisa historiográfica brasileira tem como representantes e interlocutores de Abreu os trabalhos de Lajolo e Zilberman (1998), Antunes (1999) e Villalta (1999).

Em busca da reconstrução dos caminhos percorridos pelos livros, o primeiro passo de Abreu é analisar detidamente os sistemas de censura de Portugal e do Brasil (entre 1769-1826). Em princípio,

pode-se pensar que os esforços oficiais de controle dos impressos e dos leitores poderiam ser prejudiciais para que se disseminasse em uma Colônia uma prática consolidada da leitura, mas, apesar da vigilância, o ato de ler não era completamente proibido, mesmo se tratando de livros condenados. Os leitores desejosos de ter sob suas vistas livros proibidos poderiam requisitar aos órgãos da censura uma permissão para leitura. Essas solicitações e as permissões para aquisição dos livros são documentos repletos de detalhes sobre as preferências dos leitores do período, o que Abreu nos dá a ler de modo exemplar. As instituições de censura produziram extensas séries de documentos acerca da movimentação de materiais de leitura e, a partir de grande quantidade de dados recolhidos nos documentos oficiais mencionados, ela nos revela quais livros circulavam entre Europa e Brasil. Mesmo tendo sido decretada a Independência em 1822, até 1826 havia um esforço de controle dos livros que aqui aportavam, que circulavam entre os portos brasileiros ou que eram impressos depois de 1808. Entre 1769 e 1826 a circulação dos livros era policiada e, mesmo assim, foram feitos mais de 2.600 pedidos de autorização de envio de livros para o Brasil, totalizando 18.903 obras para as quais foram solicitadas licenças. A quantidade de livros enviados à América portuguesa era muito maior do que a que se destinava a outras Colônias de Portugal. Dessa forma, Abreu demonstra que a idéia de lugar sem livros não corresponde à realidade vivida em terras brasileiras entre os séculos XVIII e XIX. Considerando-se apenas o Rio de Janeiro, foram importados 4.331 livros de belas-letas no período referido (um total de 1.370 títulos). Abreu chama a atenção para o fato de que, após a vinda da família real portuguesa para o Brasil, os pedidos e as remessas tornaram-se mais freqüentes. Antes de 1808 a procura por títulos religiosos e profissionais era maior do que por obras beletrísticas, o que indica a profunda mudança cultural ocorrida no Rio de Janeiro após o desembarque da corte portuguesa.

A documentação permite que se saiba quem fazia o pedido de importação de livros, quais suas intenções ao adquirir as obras e as datas aproximadas das remessas. Poucos são os casos em que há a identificação de quem receberia as encomendas no Brasil. Um outro limite das fontes refere-se ao fato de haver pouca atenção quanto à descrição da materialidade dos livros e de nem sempre as listas tra-

zerem os nomes dos autores dos livros solicitados. Ninguém forneceu as indicações bibliográficas completas. Além disso, muitas relações trazem os títulos dos livros incompletos, o que, de acordo com Abreu, poderia ser um costume da época, uma vez que os homens de letras estavam familiarizados com essa maneira simplificada de se referir a um livro ou mesmo que essa fosse uma estratégia para burlar os censores. Todas essas variáveis dificultaram a identificação das obras, mas a pesquisadora conseguiu estabelecer uma lista que demonstra de modo bastante detalhado as preferências dos leitores que se encontravam em terras brasileiras.

A liberação dos textos de cunho filosófico, político e histórico geralmente demorava para ser concedida. Mas, mesmo demandando maior tempo, quase todas as requisições eram atendidas positivamente. As obras ficcionais suscitavam grandes polêmicas entre os censores, principalmente as edições ilustradas, que poderiam causar nos leitores, ou mesmo em curiosos que não soubessem ler, efeitos considerados, na época, como desastrosos. As obras ficcionais eram vistas com desconfiança pelos censores e consideradas, em sua maioria, perniciosas à imaginação, imorais, licenciosas, voluptuosas.

É importante ressaltar que, apesar de ter localizado documentos referentes a diversas partes da América portuguesa, Abreu analisa detidamente os livros de belas-letras enviados para o Rio de Janeiro. Afirma que não examina obras literárias nem utiliza o termo *literatura* uma vez que cometeria um anacronismo ao se referir ao século XVIII e início do XIX. Prefere a noção de belas-letras, que diz respeito a obras ficcionais em suas mais variadas formas, como poesias, novelas, contos fantasiosos, peças de teatro etc. Embora pouco valorizadas pelos eruditos, as “novelas” despertavam grande interesse do público leitor. Dentre os livros beletrísticos mais requisitados pelos leitores do Rio de Janeiro, o de maior sucesso intitula-se *As aventuras de Telêmaco*, obra de François de Salignac de la Mothe-Fénelon. De forma resumida, o enredo desse livro desenrola-se a partir de uma narrativa da viagem empreendida por Telêmaco, filho de Ulisses, que parte da Ilha de Ítaca em busca de seu pai, que não retornou ao reino depois da Guerra de Tróia. Para ajudá-lo a deusa da sabedoria, Minerva, transforma-se em um ancião identificado como Mentor. Telêmaco, sempre acompanhado por Mentor, faz várias viagens em busca de seu pai, tendo em seu percurso “aulas” de

geografia, de costumes dos povos visitados, noções de moral etc. O livro, um gênero ficcional, possui um caráter didático-pedagógico que parece bastante eficaz, pois apresenta ao leitor, de modo dinâmico, exemplos de boa conduta moral vividos pelos personagens que deveriam ser seguidos. Lançada em Paris em 1699, a obra foi traduzida e editada várias vezes. Mantendo-se como a mais requisitada no Rio de Janeiro, recebeu 38 solicitações entre 1769-1807 e 65 entre 1808-1826 (não foram mencionados nos pedidos os números de exemplares). O idioma mais presente entre os livros mais requisitados era o francês (46%) e, em segundo lugar, o português (30%).

Mas quem eram os leitores dos livros presentes no Rio de Janeiro entre 1769 e 1826? A quantidade de pessoas citadas nos processos produzidos pelos órgãos de censura é grande. Mas a tarefa de identificação dessas pessoas é extremamente difícil. Muitos livreiros foram identificados, como Paulo Martin, Viúva Bertrand, João Francisco Rolland e, além desses, outros comerciantes que não eram especializados no comércio livreiro, mas que negociavam livros. Foi interessante constatar que sobre a pessoa que mais importou livros para o Rio de Janeiro após 1808, João Gomes e Silva, não foi encontrado um registro sequer. Talvez fosse um intermediário contratado por outro(s) negociante(s), como era comum no período.

Em contrapartida, os leitores são dificilmente identificáveis e mais difícil ainda é rastrear as práticas das leituras efetuadas. Nem todos os que trabalham com a história do livro e da leitura têm a possibilidade de se deparar com fontes como os processos produzidos pela Inquisição italiana do século XVI analisados por Carlo Ginzburg em *O queijo e os vermes* (1989), ou com as memórias de um autodidata, material analisado por Jean Hébrard em seu trabalho intitulado “O autodidatismo exemplar. Como Jamerey-Duval aprendeu a ler?” (publicado em 1996 no livro *Práticas da leitura*). Não contando com esse tipo de fonte no qual o leitor se apresenta, Abreu procura caminhar atrás dos leitores seguindo os indícios da documentação de que dispomos. Ao pedir licença para entrar no Brasil com seus livros, por exemplo, alguns proprietários faziam registrar suas profissões (desembargadores, padres, advogados, ouvidores etc.), mas se restringiam a dizer que os livros eram “de seu uzo”. Esforçando-se por não perder a trilha dos livros, Abreu recorre a

estudos que se utilizam de inventários, testamentos e autos de devassa, justificando que, por mais limites que possam oferecer, essas são as poucas fontes em que as bibliotecas particulares podem ser rastreadas pelos pesquisadores do campo. Nas poucas bibliotecas particulares que encontra, observa, assim como Villalta (2002), uma significativa ligação entre a ocupação dos proprietários e os temas dos livros. Dessa forma, perde o rastro dos livros de belas-letras. Na maioria das bibliotecas particulares os livros beletrísticos não são arrolados e, quando o são, os títulos não correspondem aos dos livros mais requisitados às instituições de censura. As obras de ficção praticamente não existem nessas outras fontes referidas. Como entender esse contraste? Teriam os avaliadores deixado de descrever esses livros fantasiosos por serem brochuras em formato pequeno e com preços baixos? Outra possibilidade de análise apontada pela pesquisadora seria o fato de serem esses livros extremamente utilizados e, portanto, muito deteriorados, tornando seu valor ainda mais baixo e, portanto, não merecendo atenção dos avaliadores de bens. Poderiam ainda ter sido emprestados, doados, uma vez que os leitores, após descobrir as tramas das “novelas”, não se interessariam mais por relê-las. Mesmo perdendo por hora o rastro dos livros de belas-letras, Abreu defende firmemente o pressuposto de que não se deve restringir a posse ou leitura de livros aos dados muitas vezes decepcionantes dos inventários e tampouco reduzir o comércio de livros ao pequeno número de livrarias existentes no Rio de Janeiro. Deve-se considerar uma multiplicidade de possibilidades de acesso à palavra escrita e de locais de venda “oficiais”, além do mundo da clandestinidade, ao qual nem o sistema censório de outrora nem os pesquisadores da atualidade poderiam ter acesso. Com efeito, Abreu constata, a propósito, que, após a vinda da família real portuguesa, 58,5% dos livros que aqui aportavam eram enviados para o Rio de Janeiro por particulares ou negociantes não-especializados no comércio livreiro.

Havia aqui livros e, mesmo que a documentação seja lacunar ou pouco detalhada, havia leitores. À questão: como as pessoas se relacionavam com os livros? Dois problemas já mencionados se colocam como pedras no caminho da pesquisa: de um lado, não se sabe a quem as obras solicitadas eram destinadas; de outro, faltam documentos que atestem as práticas de leitura e tampouco que tenham

registrado os sentimentos despertados pelas leituras quando efetuadas. Não havendo registros diretos ou indiretos das leituras realizadas, e sendo os leitores fugidios no registro de suas práticas, Márcia Abreu tenta abordar um público-leitor “virtual” a partir de um outro conjunto de fontes produzido com o objetivo de conformar, ou seja, domesticar as leituras. Assim nos são apresentados os tratados sobre “a maneira correta de ler”. Esses manuais, considerados por Abreu textos preceptivos, determinavam três funções para a leitura, quais sejam: formar um estilo, instruir e divertir. As duas primeiras funções são aquelas descritas de modo mais detalhado pelos tratadistas. A leitura adquire, nos tratados, uma função utilitária, pois é formativa. Os tratados analisados não se referem às práticas de leituras correntes à época em que foram publicados, mas pretendem ensinar aos leitores procedimentos para que se coloquem num lugar de distinção com relação aos poucos letrados. A leitura de entretenimento é abordada apenas quando se quer alertar quanto aos perigos desse tipo de prática. Não só a leitura para distração como também a extensiva, sem supervisão, são consideradas sem utilidade, perigosas e mal-vistas. A leitura defendida é a intensiva, de poucos e bem-selecionados livros, aquela que consegue esmiuçar, rever, desfiar o texto para que suas idéias fossem mais tarde debatidas, recortadas e, quem sabe, alinhavadas a outras e reescritas. Nos tratados são ensinados métodos para o bom aproveitamento da leitura, como modos de se tomar notas, de estudar a organização dos livros, de estruturar textos, tendo como modelo os “melhores autores” ali indicados (os clássicos da Antigüidade greco-latina). O bom leitor precisava entender e julgar os textos lidos. Mas esse julgamento deveria ser feito a partir da constatação de que o autor consegue se aproximar de regras estabelecidas para compor um bom texto e não fazê-lo de forma subjetiva. Os tratadistas valorizam a razão como boa julgadora e não os sentimentos despertados pelas leituras.

É difícil localizar títulos de livros no Rio de Janeiro que pudessem servir à leitura que procurava formar um estilo e instruir, uma vez que os pedidos de remessa de livros trazem informações muito fragmentadas. A *Arte poética*, de Horácio, foi uma das mais requisitadas dentre as que poderiam servir àquele tipo de leitura utilitária (nove requisições entre 1769-1807). A partir de 1808 há uma mudança no perfil das requisições. *Horatius ad usum Delphini* foi soli-

citado por 30 vezes. Os livros que trazem a expressão *ad usum Delphini* eram destinados, inicialmente, “para o uso do Delfim” (para a educação do filho de Luis XIV). Ao longo do tempo, as expressões *in usum*, *ad usum* ou *ad usum scholae* passaram a indicar obras que atingiram grande sucesso de venda na Europa e no Rio de Janeiro durante os séculos XVIII e XIX, impressas com a finalidade de educar a mocidade. O aumento da procura pelas versões de clássicos *ad usum* indicam mais uma vez a mudança cultural pela qual passava o Rio de Janeiro depois da chegada da Corte e as tentativas de se escolarizar a população feitas, após o Marquês de Pombal expulsar os jesuítas (1759), uma vez que se indicavam as obras *ad usum* para que fossem utilizadas nas Aulas Régias. Outro grande sucesso de requisições eram as *Selectas latinas*. Publicada em Paris no ano de 1752, a referida obra, cujo título completo é *Selecta Latini Semonis exemplaria escriptoribus probatissimis*, caracteriza-se por ser uma antologia de textos dos clássicos latinos. Elaborada por Pierre Chompré quase totalmente em francês e com citações em latim, foi um dos livros mais comercializados em Portugal e no Brasil para iniciação das primeiras letras. Os textos originais dos autores latinos eram “expurgados” para que não oferecessem perigos à moralidade dos jovens ou dos leitores iniciantes a quem as *Selectas* eram destinadas. Nesse ponto da pesquisa os rastros dos textos ficcionais considerados perigosos tornam-se novamente pouco perceptíveis.

Ao fim do trabalho, Abreu demonstra que a tarefa de se localizar leitores de narrativas ficcionais é bastante ingrata. Cabe aqui salientar que a autora utiliza a nomenclatura romance, mas adverte para o fato de que não havia um nome consensual entre os que viveram nos setecentos e oitocentos para se referir a essas produções que despertavam tanta curiosidade. Para os escritores e leitores de então, as denominações aventuras, novelas, contos, romances e outras eram equivalentes. Todos esses nomes se referem aos escritos de caráter fictício, fabulosos ou que recorrem à mentira. Apesar de bastante requisitadas pela população, muitos letrados da época consideravam essas produções como “menores”. A novidade e o sucesso dos romances incomodaram ao ponto de se produzirem estudos sobre esse tipo de texto, havendo os que defendiam e os que atacavam sua leitura. Como último esforço para abordar esse tipo de livro que despertava “paixões” indesejadas pelos tratadistas da boa leitura, Márcia

Abreu passa a analisar os argumentos dos defensores e os dos detratores dos textos ficcionais.

Segundo os detratores, o primeiro problema da leitura dos romances era o fato de não haver utilidade para esse tipo de prática. O leitor estava, dessa forma, perdendo seu precioso tempo, que poderia ser empregado para instrução, por exemplo. Outro grande inconveniente da dedicação à leitura dos romances era a falta de verdade inserida em suas linhas. A leitura desenfreada, sem supervisão, feita na intimidade e, portanto, sem orientação de um leitor mais experiente ou fora do controle de uma instituição legítima era outro grande estorvo, pois permitia uma perigosa liberdade que possibilitaria o “prazer solitário”. Muitos eram os problemas morais relacionados à leitura dos romances. Além de faltar com verdade, a narrativa poderia excitar os sentidos, inflamar os desejos, tornar as paixões desenfreadas e, muito perigosamente, insuflar a imaginação já “naturalmente” fértil das mulheres. Vários são os escritos sobre a impropriedade da relação das mulheres com os livros fabulosos. Com “caráter” inclinado à fantasia, as mulheres poderiam, por exemplo, identificar-se com as personagens dos romances, não conseguindo mais distinguir entre realidade e ficção, desejando fazer o que as heroínas dos romances faziam.

Mas havia duas principais linhas de defesa da leitura dos romances. De uma parte, responder às críticas com relação à formação do gosto e, de outra, acabar com a grande desconfiança que recaía sobre os romances: a de atentar contra a moral e os bons costumes.

Os primeiros argumentos em favor dos romances associam esse tipo de escrito à épica ou epopéia. Portanto, não seria um gênero menor, pois constituía uma família reconhecida pelos homens de letras. Há ainda a diferenciação entre romance moderno (*novel*) e textos romanescos (*romance*). As qualidades do romance moderno seriam as de aproximar os leitores do cotidiano dos personagens, do tempo e do espaço em que se desenrolava a trama, ser verossimilhante, provocar no leitor sentimentos de identificação. A apresentação do cotidiano, da intimidade e dos temas amorosos são outros grandes trunfos dos romances. Esses livros permitiriam que os leitores conhecessem o coração humano sem as “máscaras” normalmente utilizadas nas interações sociais, conforme a defesa do Marquês de Sade em 1800. Diferentemente do que prescreviam os

“tratados da maneira correta de ler”, o bom romance deve ser avaliado a partir dos efeitos que sua leitura causa no leitor. Portanto, para os escritores de romances, o leitor era a preocupação fundamental, sendo o bom romancista aquele que conseguia prender a atenção do leitor do começo ao fim do livro.

Respondendo ao segundo grupo de acusações, os defensores dos romances acreditavam que é possível moralizar os leitores oferecendo-lhes bons exemplos a serem seguidos. Dessa maneira, o romance era visto como educativo, uma vez que ofereceria uma leitura útil e agradável, formadora e moralizadora, que ensinava sem que o leitor sentisse que estava aprendendo. Assim era a tessitura das *Aventuras de Telêmaco*, o romance mais requisitado pelos cariocas entre 1769-1826, que tinha claros propósitos de instruir e edificar seus leitores.

Márcia Abreu não só prende os leitores de *Os caminhos dos livros* como uma excelente escritora de romances, como generosamente nos apresenta os dados de sua pesquisa com análises inovadoras. Oferece aos pesquisadores da história da cultura letrada no Brasil uma verdadeira aula de como proceder diante da especificidade das relações de nossos antepassados com o escrito. Ao ampliar os tipos de fontes e ao propor um novo olhar sobre documentos costumeiramente utilizados, revela formas alternativas de acesso ao mundo dos livros que podem passar despercebidas aos pesquisadores menos experientes ou menos atentos. Assim é que se chega ao final da leitura de seu trabalho com a convicção de que *Os caminhos dos livros* na América portuguesa eram trilhados a partir da informalidade, inventividade e de inúmeras estratégias de acesso ao escrito por parte dos leitores daquele tempo. Pode-se falar de uma Colônia que sobreviveu, durante séculos, com um número restrito de escolas públicas, sem universidades, com poucas livrarias, poucas bibliotecas públicas, sem imprensa e outras instituições formais que legitimam o campo da leitura, mas não se pode afirmar que aqui era um lugar sem livros e sem leitores, apesar de serem esses últimos caças extremamente ariscas.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Espelho de cem faces: o universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro*. Dissertação (Mes-

trado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

BELO, André. *Livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. (coleção História &...).

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

HÉBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar. Como Jamerey-Duval aprendeu a ler?. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Liberdade, 1996. p. 35-74.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.

VILLALTA, Luiz C. *Reformismo ilustrado, censura e práticas da leitura: usos do livro na América portuguesa*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Os leitores e os usos dos livros na América portuguesa. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras/ALB: São Paulo: Fapesp, 2002. p. 183-212.

Christianni Cardoso Morais

*Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Minas Gerais.*

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Minas Gerais.*

*Professora do Departamento das Ciências da Educação
Universidade Federal de São João del-Rei.*

Endereço para correspondência:

Departamento das Ciências da Educação, Universidade Federal de
São João del-Rei, *Campus Dom Bosco*, Praça Dom Helvécio, n. 74

Fábricas São João del-Rei-MG

CEP 36300-000

E-mail: tiannimorais@hotmail.com

Recebido em: 02 jun. 2006

Aprovado em: 02 jul. 2006